O DECRETO DE UM ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO BRASIL RESPECTIVO AO AQUECIMENTO GLOBAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Allana da Silva Barbosa (UEPG), Mr. Marli de Freitas Mendes, Dr.ª Lislei Teresinha Preuss (Orientadora), e-mail: ltpreuss@uepg.br.

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Serviço Social

Serviço Social Aplicado/Serviço Social da Saúde

Palavras-Chave: *calamidade pública, desastres, impactos.*

Resumo

O estado de calamidade pública é decretado mediante a decorrência de desastres naturais e tecnológicos (antropogênicos) importunos e ameaçadores a população, onde é posto em funcionamento com o objetivo de reconstruir os impactos nas infraestruturas locais, implantando a situação de normalidade e protegendo e reinserindo a população na sociedade. Outrossim, é de suma importância a capacidade de compreensão das matrizes que antecedem os desastres ambientais, considerando a situação ecossistêmica atual, onde está intrinsecamente correlacionada com o modelo de produção capitalista e, simultaneamente, o seu descaso com as pautas ambientais, sob perspectiva do lucro independentemente de demais fatores.

Introdução

De acordo com o decreto de estado de calamidade pública em situações excepcionais, na ocorrência de desastres naturais ou tecnológicos, quando se torna necessária a intervenção estatal visando a disponibilização de recursos financeiros, buscando à reconstrução de infraestruturas, assistência às vítimas e o restabelecimento da normalidade, conforme posto pelo Decreto nº 7.257/2010. O trabalho tem como objetivo discutir sobre o papel do capitalismo mediante o aumento na ocorrência de desastres, relacionados à decretação de estado de calamidade pública e a imprescindibilidade da participação popular concernente à luta das pautas ambientais.

Materiais e Métodos

A pesquisa bibliográfica e documental, foi realizada revisão de literatura de artigos das bases de dados “Scientific Eletronic Library Online – SCIELO”, “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD” e o “Banco de dissertações e teses – CAPES”, usufruindo dos descritores “calamidade pública”, “desastres” e “impactos”, com período temporal delimitado de 2020 a 2024. Foram encontrados ao todo 83 artigos, dos quais 31 foram eliminados após a determinada leitura do título e resumo. Os outros 52 foram lidos em sua integridade e apenas 30 deles foram pertinentes para a análise.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos apontam que apesar da limitada menção dos feitos do sistema de produção capitalista, sob visão do agravamento do aquecimento global e das mudanças climáticas, com base nos artigos selecionados para análise, o foco das pesquisas correspondem à causalidade em si. Se infere-se que desconsideram as determinações universais, tais como: o contexto histórico e social antecedente que deliberou ao capitalismo, onde atua causando impactos sociais, econômicos, políticos, ambientais e de infraestrutura.

Conclusão ou Conclusões

A decretação de estado de calamidade pública, embora essencial para mitigar os impactos imediatos dos desastres, não pode ser analisada de forma isolada de seus determinantes estruturais. A compreensão crítica sobre a relação entre o modelo capitalista e o agravamento das crises ambientais se mostra indispensável, evidenciando a necessidade de fortalecer a consciência social e a participação popular na defesa de pautas ambientais, a fim de prevenir novos cenários de vulnerabilidade e promover uma resposta mais justa através das políticas públicas.

Agradecimentos

Agradeço cordialmente à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) pelo financiamento da bolsa, à minha orientadora, Dr.ª Lislei Teresinha Preuss e à minha coorientadora Marli de Freitas Mendes, por todo o auxílio e cuidado referente ao processo e período de desenvolvimento desse projeto.

BRASIL. Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC e o Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 ago. 2010.

CAMPOS, Amanda. **O reflexo das mudanças climáticas**. Rio de Janeiro, 2017.

LÖWY, Michael. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização:** a alternativa ecossocialista. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 1, p. 76-86, 10 abr. 2013.

PINHEIRO, Hésio Fernandes. Calamidade pública. **Revista de Direito Administrativo**, v. 36, p. 38-46, 1954.